

ENSAIOS SOBRE A CIDADE ANTI-DEMOCRÁTICA: PENSANDO OS BENS E SERVIÇOS A FAVOR DA CIDADANIA

Ana Lucy Oliveira Freire

Professora Doutora do Departamento de Geografia/ CCHN/
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.

INTRODUÇÃO: O ESPAÇO URBANO QUE SE PRODUZ SEM CIDADÃO

“Onde não há cidadão, há o consumidor mais-do-que-perfeito. É o caso do Brasil”.
(SANTOS, Milton, 1987, p. 41).

O ponto de partida, que é também uma enorme fonte de inspiração para desenvolver esse trabalho, é tornar atual – porque é atual – o livro do Professor Milton Santos, “O Espaço do Cidadão”, de 1987¹. Há 17 anos, através dessa obra-prima, esse importante geógrafo discutia temas relevantes, tais como: a nossa cidadania imperfeita, o espaço sem cidadãos, o cidadão transformado em mero consumidor, sobre o valor e a importância do lugar (os bairros, por exemplo) na totalidade da metrópole, a gestão do território na busca pela cidadania, o papel do Estado, o modelo econômico na raiz do problema da pobreza material e cultural dos indivíduos, a cultura como forma de desalienação, dentre outras idéias trabalhadas por ele.

Nesse sentido, reafirmamos, através do presente artigo, a extrema validade dos seus escritos em tempos que a sociedade brasileira constata que as nossas grandes

idades transformaram-se em verdadeiras “bombas-relógio” prestes a explodir a qualquer momento, posto que as desigualdades sócioespaciais alcançaram patamares alarmantes, notadamente quando verificamos a não homogeneidade na distribuição dos bens e serviços. Um exemplo disso, encontramos nas palavras do professor:

“é fácil constatar extensas áreas vazias de hospitais, postos de saúde, escolas secundárias e primárias, enfim, áreas desprovidas de serviços essenciais à vida social e à vida individual” (SANTOS, 1987, p. 43).

Precisamos enfatizar, antes de mais nada, que a busca pelo direito de cidadania, pelo direito à cidade, precede uma intensa luta pela melhoria nas condições da vida cotidiana, a existência digna, o que significa, dentre outros movimentos relevantes, a luta contra um cotidiano massacrante e alienante a favor da humanização do homem. Daí podermos pensar, sim, uma cidadania e uma democracia verdadeiras.

Fruto do processo de modernização econômica, o Brasil urbano do início do milênio é marcado pelo crescimento desmesurado das extensas periferias que fazem das metrópoles cidades gigantes, prenes de toda sorte de “problemas”, advindos da segregação social e espacial, do desemprego, da desagregação familiar, do abandono por parte dos governantes etc. A grande cidade é o *locus* da concentração da

¹Júlia Andrade, escrevendo o texto “O Espaço sem Cidadão e o Cidadão sem Espaço” (In: CARLOS, Ana Fani (Org.) *Ensaio de Geografia Contemporânea. Milton Santos Obra Revisitada*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996, uma homenagem ao professor ainda vivo), já havia chamado a atenção para a importância da abordagem sobre a cidadania presente na obra do Professor Milton Santos, especialmente o livro *O Espaço do Cidadão*, de 1987.

moradia das classes de baixo poder aquisitivo que vêm aí, nesses espaços, oportunidades difíceis de serem encontradas em outros lugares; é aí, também, que essas classes enxergam o acesso à propriedade privada, construindo suas próprias casas, na maioria das vezes.

É comum, hoje, discussões reafirmando o que já se pensava há tempos: dotar a cidade, especialmente as amplas áreas periféricas, de bens e serviços, além de proporcionar o desenvolvimento humano/cultural àqueles que vivem nesses territórios urbanos, é algo positivo e necessário se almejamos menos desigualdade, menos violência, menos exclusão, mais oportunidades, mais justiça, mais democracia e cidadania para os que não têm “direito à cidade”.

Pensando este momento, em que o país vive uma realidade urbana (metropolitana) quase trágica, (re)surge a idéia de retomar e discutir (questionando) alguns temas que fazem parte deste trabalho: que desigualdade urbana é essa? O que significa uma cidade democrática de fato? Que cidadania incompleta é essa que temos (ou não temos) alardeada por todos os lados? Como a ampliação – já que é quase utópico pensar na universalização – na distribuição dos bens e serviços contribui no sentido de humanizarmos mais a metrópole? Dizemos isso porque muitos, sobretudo o *mass media*, advogam que o país avançou muito no que diz respeito à cidadania, quando, por exemplo, mencionam que ganhamos um código em defesa do consumidor, os Procon's, as leis ambientais, as leis em defesa da criança e do adolescente e outros ganhos importantes, mas que não significam estarmos perto de nos tornarmos cidadãos de fato.

Essas questões estão incorporadas na nossa visão geográfica de cidadania e de democracia amplas, ponto de vista este que perpassa o entendimento fundamental de que a distribuição desigual dos indivíduos no espaço se dá segundo sua inserção em determinada classe social e seu poder aquisitivo (SANTOS, 1987). A cidadania ampla passa, inclusive, pela existência de tempo, não o tempo da produção, mas o tempo para a vida mais digna; para que o indivíduo possa usá-lo no seu cotidiano; tempo para apreender, tempo para criar,

tempo para o vivido.

Dessa forma pretendemos, neste trabalho, discutir as relações entre o espaço (urbano) e a cidadania que se busca, vislumbrando uma metrópole mais humana, cujas fontes de observações são nossas grandes cidades. Para tanto, no primeiro item do texto privilegamos um debate a partir do entendimento e discussões de estudiosos que vêm pensando essas relações e processos, bem como a realidade metropolitana que vivenciamos sem, no entanto, nos aprofundarmos em teorias, assim como sem elegermos um único objeto de estudo, isto é, uma cidade em especial.

Em seguida discutiremos a importância de uma maior igualdade ou, pelo menos, apontaremos a relevância na diminuição das desigualdades no que tange à distribuição dos bens e serviços públicos (não apenas a infra-estrutura urbana básica, mas os equipamentos urbanos que possibilitem a apropriação e os diversos usos do espaço, visando uma vida mais digna, mais humana) na metrópole. Isso se pretendemos uma realidade mais democrática, o que concretamente estamos pensando, nas áreas localizadas nos limites da mancha urbana das metrópoles, lá onde a ausência de democracia e de cidadania salta aos olhos. Nos ateremos a essas necessidades mais prementes que são os bens materiais, as áreas/os espaços equipados possibilitando usos diversos pelos moradores.

Salientamos ainda que nossas discussões neste trabalho vão estar muito centradas naquilo que vem sendo alvo de nossas inquietações imediatas: as péssimas condições de moradia de uma gama enorme de trabalhadores de baixo poder aquisitivo, nas extensas periferias das metrópoles que se produzem. Contudo, é importante dizer que embora nossa preocupação seja enfocar como se vive nesses lugares destituídos de condições de uma vida digna, enquanto parte do processo de reprodução da força de trabalho, entendemos que a problemática urbana deve ser entendida no âmbito da reprodução da sociedade, sobretudo nas suas manifestações socioespaciais, posto que as formas mudam, a paisagem urbana está em constante mutação, mas a vida cotidiana também (CARLOS, 1992).

ENTENDIMENTO SOBRE A METRÓPOLE DESIGUAL E A CIDADANIA RESTRITA

Entendemos que a cidadania, de fato, passa pela concreta participação e o envolvimento integral do indivíduo no lugar em que ele vive, seja na escala micro ou macro: o bairro ou a grande cidade. Essa participação e envolvimento por completo exige mais do que o acesso deste indivíduo aos denominados direitos básicos (moradia, educação, saúde, segurança, trabalho e outros); o lazer e o desenvolvimento artístico e cultural, além da participação política e o bem-estar socioeconômico são também essenciais a favor de um cidadão pleno e de uma cidade mais democrática.

No que diz respeito à cidade, a conquista da cidadania requer ações concretas da própria sociedade, e sobretudo do Estado, no sentido de impedir transformações que afetem direta ou indiretamente a vida das pessoas, dos grupos, das comunidades; o planejamento tem que propiciar uma vida civilizada e adequada às amplas necessidades dos indivíduos; a fiscalização e cobranças dirigidas ao poder econômico têm que ser sérios e constantes. Trata-se de utopia? É possível, mas se não for por esse caminho continuaremos a assistir e ouvir todos os dias um elenco dos ditos “problemas urbanos” que compõem a chamada “crise urbana”, ou ainda, o “caos urbano” como se estes fossem próprios da cidade e não da sociedade da qual fazemos parte.

Chama a atenção no atual processo de produção do espaço urbano no Brasil o modo predominante como a metrópole se constrói, reproduzindo as desigualdades: o horizonte da mancha urbana estica e parece não ter fim, uma vez que surgem a todo momento grandes “bairros”, mas que, de fato, ainda não se constituem enquanto tal. Na verdade são áreas totalmente recortadas em lotes onde os indivíduos constroem o mais rápido possível suas casas, garantindo, pelo menos, o direito de habitar em condições melhores se comparado com situações anteriores piores, isto é, quando ainda não tinham tido acesso à propriedade privada. Percebe-se, nesse sentido, que o pior de tudo para

essas pessoas é não ter moradia própria, vivendo de aluguel, em casa de familiares, em barracos nas favelas ou em áreas ocupadas/invasas extremamente inconvencionáveis para se viver.

Nesse processo em que a cidade é cada vez mais o lugar da produção, e a vida se volta para o processo produtivo, as relações do indivíduo com o espaço se limitam ao habitar, se restringe à casa, dificultando ou impossibilitando a experiência do espaço e a relação com o mundo no plano micro. Ou ainda como diz Carlos (2001, p. 35),

(...) O espaço apropriável para a vida (...) o bairro, a praça, a rua, o pequeno e restrito comércio que pipoca na metrópole, aproximando seus moradores que podem ser mais do que pontos de troca de mercadorias, pois criam possibilidades de encontro e guardam uma significação como elementos de sociabilidade (...) as relações de vizinhança, o ato de ir às compras, o caminhar, o encontro, os jogos, as brincadeiras, o percurso reconhecido de uma prática vivida (...) laços profundos de identidade habitante-lugar, lugares que ganham o significado dado pelo uso marcado pela presença...

A justificativa para não aprofundarmos aqui discussões acerca da problemática urbana é até muito simples: os indivíduos precisam primeiro ter as condições materiais e mesmo imateriais de vir a sofrer o estranhamento fruto das rápidas mudanças no uso do espaço, isto porque nem as possibilidades de usos estão dadas no caso da realidade metropolitana em que vivemos hoje.

Apontamos antes o que é parte da problemática urbana, esta entendida, portanto, para além da cidade, da forma física, da morfologia. Nesse sentido é importante que seja mais uma vez salientado: ter direito à cidade não é apenas alcançar a propriedade, a moradia na cidade; o morador, consumidor do espaço, precisa apropriar-se do espaço, inscrever suas territorialidades nesse espaço para que ele se transforme de indivíduo consumidor em cidadão, e para isso ele precisa ter tempo, tempo para a vida. Reforçando a idéia de uma dialética do tempo e do espaço, argumenta Oliveira (1997, p. 270),

Ainda que a ausência de bens e serviços seja abominável, são igualmente abominosos a falta de tempo, de lazer, de informação (...) o resgate da cidadania contém a dimensão das condições necessárias à reprodução da vida no seu sentido mais amplo.

No âmbito deste raciocínio, Seabra (1997, p. 66) chama a atenção para o fato de que

(...) a vida pressupõe espaço. Sem território, à escala do indivíduo, não há vida (...) o espaço é objeto de múltiplas estratégias, nele e por ele se travam confrontos e conflitos, defrontam-se estratégias do Estado, dos moradores da cidade ... usuários e usadores do espaço.

É preciso perceber e negar a lógica que, de modo simplista, traduzimos como sendo aquela que quando possibilita a propriedade não faz o mesmo em relação a apropriação; é preciso espaço enquanto possibilidade de apropriação, assim como tempo para usufruir desse processo, isto é, para a prática espacial.

Andando e observando as periferias de qualquer metrópole brasileira, é fácil constatar desigualdades e injustiças e outros fatores que colaboram para se definir um “*espaço sem cidadãos*”, nas palavras do professor Santos (1987, p. 43). Ainda segundo ele, “*é como se as pessoas nem lá estivessem*”, tal é a ausência dos serviços essenciais à vida social e à vida individual nesses territórios/fragmentos da cidade que se mundializa. Reverter ou amenizar esse triste quadro passa, em primeiro lugar, por uma atenção maior que deverá ser dada à realidade metropolitana, hoje, seja por parte das instituições públicas ou privadas através de planos e políticas; em segundo lugar precisamos reaprender o real significado de cidadania, muitas vezes confundida e limitada à ampliação do poder de consumo dos indivíduos e a alguns poucos direitos conquistados.

Não somente o futuro, mas o momento atual das nossas grandes cidades estarão comprometidos, caso não estivermos atentos aos direitos dos indivíduos de modo integral e completo, independente do lugar em que estes se encontrem no espaço urbano.

Cabe aos poderes do Estado traçar normas para que os bens deixem de ser exclusividade dos mais bem localizados. O território, pela sua organização e instrumentação, deve ser usado como forma de se alcançar um projeto social igualitário (SANTOS, 1987, p. 44).

Não é tarefa fácil discutir o tema, mesmo que este esteja limitado a manifestações mais formais na paisagem urbana e nos fenômenos que saltam aos olhos. Continuamos a apontar alguns elementos e/ou características que fazem parte dos debates acerca da metrópole desigual, realidade concreta que é parte da problemática urbana atual, denominada por muitos de

“crise urbana”. Um exemplo: “*A crise urbana é uma consequência do fracasso de modelos políticos e econômicos que não levaram em consideração a justiça social, a eficiência econômica e a democracia como condições indispensáveis da vida urbana*”, diz Neiva (1997, p. 10), reforçando a idéia de crise.

No que tange à grande cidade, o movimento incessante de sua transformação responde aos anseios de uma sociedade da produção e do consumo enquanto parte da tão fadada modernidade, esta tendendo, preferencialmente, à homogeneidade mundial, o que não significa que as diferenciações socioespaciais desapareçam, a exemplo do que ocorre nas metrópoles. Áreas de poder e riqueza assim como áreas de pobreza e miséria surgem a todo momento nas grandes cidades. Segundo Carlos (1996, p. 67), “*Essas áreas que se diferenciam e se multiplicam simultaneamente na metrópole, hierarquizam-se formando guetos*”. Ou seja, a cidade fragmenta-se em territórios dos que se auto-segregam e dos que são segregados sem ter escolha, territórios estes que ajudam a expandir os limites metropolitanos dispersos em periferias distantes e vazias de tudo aquilo que possibilitaria um cotidiano urbano mais humano.

Há tempos que as políticas de desenvolvimento (econômico) urbano reduzem a cidade às suas funções econômicas; a metrópole, hoje, é vista como um pólo de desenvolvimento da economia em potencial, e não como possibilidade de um devir melhor para os seus habitantes. Uma expressão dessa realidade é ressaltada por Alva (1997, p. 1):

Atualmente, as cidade maiores tendem a converter-se em metrópoles de sistemas socioeconômicos organizados espacialmente para articular economias regionais, nacionais e internacionais (...) As cidades maiores, no novo cenário mundial, assumiram funções de direção, promoção, gestão, financiamento de investimentos e distribuição comercial (...) As funções de produção – principalmente industrial – se deslocaram para a periferia da aglomeração metropolitana....

Quando os planos partem diretamente e concretamente do Estado, as ações para os “problemas” que afligem a população, muitas vezes aprofundam as desigualdades – fruto das contradições urbanas – ao invés de solucioná-las ou amenizá-las, e isso ocorre, dentre outros fatores, por não se considerar as especificidades do lugar; há uma negligência até no reconhecimen-

to de pontos positivos do lugar enquanto possibilidade de urbanidade, isto é, rumo à construção de uma cidade mais humana/menos hostil, quem sabe até mais democrática!.

É fato que os graves problemas que se abatem sobre as grandes cidades é fruto do desenvolvimento industrial do Brasil nas últimas quatro décadas, cujo papel do Estado foi fundamental enquanto motor da economia, beneficiando com suas políticas setores, grupos e classes econômicas. No bojo desse processo, as elites foram as que mais se beneficiaram, o que podemos verificar, por exemplo, através da melhor localização das mesmas no espaço urbano (áreas inteiras e bairros privilegiados de bens e serviços, especialmente os de cultura e lazer na denominada centralidade da cidade), enquanto enorme parte da sociedade – as classes trabalhadoras – são empurrados cada vez mais para áreas rurais a 30, 40, 50 km ou mais de distância do centro, este dotado de infra-estrutura mais ampla, áreas aquelas que vão se incorporando à metrópole como solo urbano via especulação com a terra. Percebemos, portanto, que não é possível discutir as desigualdades sociais metropolitanas sem articular o tema ao processo de acumulação de capital, especialmente aquele que se origina na especulação. Apoiando esse raciocínio, assinala Campos Filho, (1992, p. 47), “o atendimento concreto das condições de vida (...) é dificultado enormemente pela forma como está organizado o espaço nas cidades, especialmente devido à especulação com a terra”.

A manifestação formal mais dominante e comum que marca há algum tempo o processo de produção do espaço urbano brasileiro, e que ilustra muito bem as desigualdades socioespaciais na metrópole, é o loteamento na periferia¹ voltado para as classes de baixo poder aquisitivo, saída para a reprodução das mesmas (BONDUKI & ROLNIK, 1982). Esses empreendimentos imobiliários rendem muito capital para os agentes envolvidos no negócio – do proprietário da terra ao corretor –; é um filão de renda cada vez mais promissor, posto que os gastos destes são pequenos porque as benfeitorias exigidas não são realizadas; mas também não são fiscalizadas ou cobradas pelas instituições dos governos municipais.

É competência do empreendedor mais do que (apenas) abrir ruas e vender os lotes; é necessário toda uma infra-estrutura (padrões básicos de urbanização, equipamentos urbanos) que atendam as carências dos futuros moradores distantes dos serviços básicos da cidade, e que possibilite um espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido. Para se alcançar isso, as condições materiais de se criar referenciais urbanos, relações com o lugar, são necessárias, se realmente pensarmos na humanização do homem e do espaço. Do contrário, como pode haver jogos e brincadeiras, o desenvolvimento e a criação cultural pelas artes, as relações e os laços sociais, a construção de um bairro, de fato, se não há preocupação sequer com a reserva de terrenos destinados à construção de bens, de dotação de equipamentos, de infra-estrutura, etc.?

A metrópole pouco democrática e que não amplia a possibilidade de cidadania plena cresce com essa marca: a de um modelo de crescimento urbano desmesurado que, além de não atender os interesses e necessidades dos moradores/trabalhadores dos novos, imensos e precários bairros longe do centro metropolitano, onde estão concentrados os bens e serviços, cria e recria uma vida cotidiana pobre para os trabalhadores (a vida destes resume-se aos longos deslocamentos casa-trabalho-casa). Assim, chama a atenção Rolnik e Bonduki (1983, p. 153),

O espaço urbano vai se reproduzindo, indiferenciadamente, pelos bairros, loteamentos, jardins e vilas afora, repetindo o mesmo ritual de precariedade. Os trabalhadores vêm junto, seguindo seu rastro como única forma de sobreviver nas condições superexploradoras e depredadoras corolárias da grande cidade...

As metrópoles, nesse sentido, continuam sendo o destino de centenas de trabalhadores que saem do espaço rural ou de pequenas e médias cidades que pouco ou nada oferecem em termos de melhoria econômica para os mesmos, pela falta de emprego/trabalho, seja o formal ou o denominado informal. Não é fato novo ouvir de um migrante morador da periferia, de uma favela, ou mesmo que esteja morando na rua, dizer que, por pior que seja a realidade na grande cidade, é nesta

Ana Lucy Oliveira Freire

²É importante que se esclareça de uma vez: o termo periferia é aqui entendido geograficamente ou socioespacialmente, grosso modo, como sendo territórios ou parcelas/extensas áreas que passam a fazer parte da cidade, os quais estão localizados distantes do centro urbano da metrópole, voltados para a moradia das classes trabalhadoras de baixo poder aquisitivo que constroem suas próprias casas do modo que for possível, são aquelas áreas/bairros que crescem rapidamente, especialmente através de loteamentos legais ou ilegais, muito mal atendidos por infra-estrutura e quaisquer bens e serviços além dos básicos (arruamento mínimo, transporte público da pior qualidade, energia elétrica, às vezes aí existe uma escola e um posto de saúde para atender uma população de até 30.000 habitantes).

que ele encontra maiores possibilidades de uma melhor sobrevivência. Segundo Santos (1994, p. 22), reforçando essa discussão, “as grandes cidades continuarão a crescer, enquanto novas grandes cidades surgirão”.

ALGUNS ASPECTOS QUE MARCAM A URBANIZAÇÃO ANTI-CIDADÃ NO BRASIL

Por mais que o processo de urbanização do Brasil venha apresentando novidades, tais como o crescimento de cidades médias no Sudeste e Sul a partir da localização de empresas/indústrias dos setores de ponta, provocando a interiorização – a *interiorização da urbanização*³ – das classes de médio e alto poder aquisitivo, é correto falar, também, que a metropolização é, sem dúvida, a expressão dominante da urbanização, hoje (SANTOS, 1993). E mais ainda: essa tendência não está mais associada – como esteve nas últimas quatro décadas – à industrialização concentrada na região metropolitana. Trata-se, atualmente, da reprodução do espaço urbano enquanto parte de ciclos de reprodução mais amplos, mais complexos que os da produção simples, e a cidade junto com a realidade urbana, segundo Lefévre (1999, p. 171), *seria o lugar excepcional de realização destes ciclos, porque aí as contradições se aprofundam.*

Hoje, transformar terra rural em solo urbano significa altos ganhos de capital sem que seja necessário nenhum investimento, nenhum gasto. No caso da metrópole em pleno processo de crescimento, dependendo da localização favorável de tais terras (áreas/extensos terrenos ao longo de grandes vias/estradas de rápido acesso ao centro da cidade), por exemplo para a moradia das classes de baixo poder aquisitivo ávidas por ter acesso à propriedade privada, os ganhos são ainda maiores dado à falta de exigências, de controle, de fiscalização pelo Estado, de planejamento obrigatório, o que deixa as forças e domínios – proprietários e capitalistas-especuladores – que lucram com a terra, à vontade.

A proliferação dos loteamentos, sejam eles legais ou ilegais, constituem as periferias segregadas⁴ pelas distâncias e,

portanto, tornam esses novos lugares, contraditoriamente, parte da metrópole espacialmente falando, mas, socialmente, estas periferias não fazem parte da grande cidade na medida em que os moradores, com a vida cotidiana que lhes é destinada e programada, não vivem a (e na) cidade; estão fadados ao abandono num espaço que não é nem cidade nem campo ou, nas palavras de Lefévre (1999, p.168),

(...) meio cidade, meio campo (...) em lugar de uma absorção e reabsorção do campo pela cidade, em lugar da superação de sua oposição, tem-se uma deterioração recíproca: a cidade explode em periferias e o vilarejo se decompõe; um tecido urbano incerto prolifera no conjunto do país. Uma massa pastosa e informe resulta desse processo: favelas, megalópoles...

Sem dúvida nenhuma, e como já adiantamos, a metropolização é o padrão dominante do processo de urbanização do país, particularmente a partir dos anos 70 (IPEA, 1999; IBGE, 2000). No âmbito desse processo, a contribuição do crescimento das periferias das metrópoles é o que mais chama a atenção, até porque é nesse ambiente que se multiplicam os denominados “problemas urbanos” atuais, especialmente a violência, as carências de todas as formas, etc. Dito de outro modo, os extensos novos bairros periféricos dos municípios que formam as regiões metropolitanas do Brasil são os responsáveis por esse crescimento urbano, pelo menos do ponto de vista da forma. Sobre tais dados, ressalta Maricato (2001, pp. 25/26):

Das 12 regiões metropolitanas, os municípios centrais/núcleos centrais cresceram em média 3,1% entre 1991 e 1996 enquanto que os municípios periféricos cresceram 14,7% (...) Dessas metrópoles as periferias que mais se expandiram, no período, foram: Belém (157,9%), Curitiba (28,2%), Belo Horizonte (20,9%), Salvador (18,1%). Em algumas metrópoles a diminuição do crescimento dos centros transformou-se em crescimento negativo dos bairros centrais (...) em contraposição ao gigantesco crescimento dos municípios periféricos.

Enfim, nosso foco central é discutir e questionar a total ausência de bens e serviços que estão para além do que se proclama como “básicos”, isto é, os equipamentos

³Sobre os novos rumos ou mudanças que marcam o processo de urbanização do Brasil a partir da década de 80, ver Milton SANTOS. *A Urbanização Brasileira, 1993*; Marcelo Lopes de SOUZA. *Urbanização e Desenvolvimento no Brasil Atual, 1996*; Luiz César de Q. RIBEIRO. *Transformação Geofísica e Explosão Urbana. In: SACHS, Ignacy et al. (orgs.). Brasil. Um Século de Transformações, 2001.*

⁴Fenômeno que é parte do processo de “fragmentação do tecido sociopolítico-espacial”, termo empregado e estudado por Marcelo Lopes de Souza, 1997, 2000.

e infra-estrutura geral que possibilitem o surgimento de espaços coletivos voltados para o lazer e o desenvolvimento de esportes e cultura, enquanto caminho que, se não ajuda na busca pela cidadania, pelo menos torna mais humana a vida nessas periferias-arremedos de cidade; “*uma cidade que se espalha pelas periferias*”, alega Rodrigues (1991, p.24). Para tanto, as visitas, conversas com moradores e observações gerais de campo são fundamentais na reafirmação da produção diferenciada da cidade que, para muitos e no senso comum, são vistos como “contrastes urbanos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As anotações constantes das nossas primeiras pesquisas empíricas são muitas e constata as preocupações e inquietações já apontadas no trabalho. Elencar mais um número do que se convencionou denominar “problemas urbanos” tornar-se-ia cansativo e sem sentido, uma vez que esses mesmos “problemas” repetem-se em todas as grandes cidades brasileiras. Todavia, queremos, a seguir, destacar alguns pontos os quais achamos relevantes no entendimento acerca da problemática urbana hoje.

Os estudos estatísticos comprovando o crescimento de mortes de jovens nas periferias das grandes cidades é parte da triste realidade que se nos apresenta diariamente através do *mass media*, particularmente através da televisão. As crianças e os adolescentes têm poucas oportunidades em meio a esse quadro social, e colabora com isso a ausência de espaços na cidade que ofereçam chances de os livrarem dos envoltórios/relacionamentos cujo final é sempre trágico. Escolas e creches equipadas, centros de esportes, cultura e lazer, áreas comunitárias de aprendizado profissional, áreas para brincar etc., são fundamentais no processo de humanização, de desalienação, de crescimento cultural/intelectual/profissional desses jovens, assim como de toda a população de bairros excluídos – e contraditoriamente incluídos – da (e na) cidade.

Andando pelos bairros que conformam as metrópoles em produção, as quais são

alvo de nossas observações, percebemos o quanto os jovens e depois as mulheres – donas-de-casa – são os que mais sofrem com essa realidade que se multiplica na periferia da metrópole.

As crianças e os adolescentes comprovam que a rua é sempre o lugar que permite os momentos de brincadeira. Contudo, a realidade é que são poucas as ruas próximas às suas casas que têm condições materiais/físicas para tal; são as vias principais do(s) ônibus e carros as melhores para brincar, e esse trânsito de veículos atrapalha muito, além de ser perigoso. Quanto às mulheres, confinadas ao trabalho doméstico ou ao emprego fora e mais o trabalho em casa, a maioria delas não sabe o que significa lazer e cultura no bairro ou fora dele; o pouco tempo que lhes sobra é destinado à televisão. Em muitos desses bairros nem mesmo um centro comunitário da igreja existe, o que seria um lugar onde as mulheres poderiam encontrar-se para algum tipo de atividade. Não queremos dizer com isso que os homens são mais felizes ou estejam fora dessa realidade, mas pelo menos para eles há o futebol de várzea, a quadra de futebol e os botecos para beber com os amigos.

A partir de tais constatações, queremos chamar a atenção, sim, para esse cotidiano que contribui para o aumento da violência no sentido amplo do termo; da banalização da vida, posto que para muitos moradores excluídos ou destituídos de uma vida digna, nada faz sentido, nem a vida!

É controverso o discurso de que o espaço para a apropriação e o uso dado a esse espaço é encontrado e definido espontaneamente pelo morador, pela comunidade. Como já salientamos no início deste trabalho, em uma situação em que nem as condições físicas existem para isso, é difícil que essa apropriação (para o lazer, para a brincadeira, para o desenvolvimento cultural e profissional) aconteça. O estado ou o empreendedor – no caso o loteador/criador do bairro – precisam criar essas condições, dotar o espaço de bens e serviços, tendo como objetivo tornar a vida nesses bairros mais digna, o que seria um passo para uma cidade mais democrática, habitada, de fato, por cidadãos.

REFERÊNCIAS

ALVA, Eduardo N. **Metropóles (In) Sustentáveis**. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 1997.

CAMPOS FILHO, Cândido M. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos. O que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil**. 2^a ed. São Paulo: Nobel, 1992.

CARLOS, Ana Fani A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Os Caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. **Espaço-tempo na metrópole; a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

IBGE. **Censos demográficos de 1980, 1991, 1996 e 2000**.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Tradução de Maria Helena R. Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2^a ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

_____. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: RJ: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, José A. "A Cidade no Horizonte do Provável: política e desenvolvimento urbano". In: SILVA, José Borzacchiello; COSTA, Maria Clélia L.; DANTAS, Eustógio W. C. (Orgs.). **A cidade e o urbano: temas para debates**. Fortaleza: Edições UFC, 1997.

RODRIGUES, Arlete M. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1991.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **A Urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SOUZA, Marcelo L. de. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a proble-**

mática socioespacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: Unesp, 2001.

RESUMO

Este trabalho é fruto de pesquisas que estamos desenvolvendo há anos acerca da problemática urbana, envolvendo inclusive a questão da ausência de cidadania ampla, a qual passa pela existência de tempo, não o tempo da produção, mas o tempo para a vida mais digna; para que o indivíduo possa usá-lo no seu cotidiano; tempo para apreender, tempo para criar, tempo para o vivido. Nesse sentido, como vem ocorrendo o processo de produção do espaço urbano, em especial o metropolitano de nossas cidades brasileiras e como se expressa essa falta de cidadania, são os objetivos o artigo.

Palavras-chave: Espaço urbano, democracia, cidadania ampla.

ABSTRACT

That work is fruit of researches that we are developing there are years concerning the urban Problem, involving, besides the subject of the absence of wide citizenship, which goes by the existence of time, not the time of the production, but the time for the worthiest life; so that the individual can use him/it in your daily one; time to apprehend, to learn, time to create, time for lived him. In that sense, as it is happening the process of production of the urban space, especially the metropolitan of our Brazilian cities and as that citizenship lack is expressed, they are the objectives the article.

Keywords: Space urban, democracy, wide citizenship